



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº	10735.002072/2005-73
Recurso nº	Embargos
Acórdão nº	3201-005.174 – 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de	27 de março de 2019
Matéria	LAPSO MANIFESTO - PREMissa EQUIVOCADA
Embargante	FAZENDA NACIONAL
Interessado	REZENDE ÁLCOOL E ACUCAR EIRELI

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Período de apuração: 01/02/2000 a 31/03/2004

EMBARGOS INOMINADOS. OMISSÃO. EFEITOS INFRINGENTES.

Cabem embargos inominados quando for constatada omissão do colegiado em relação a ponto sobre o qual deveria pronunciar-se ou houver decidido sobre determinada matéria com fundamento em premissa equivocada ou lapso manifesto. Demonstrada a omissão, impõe-se a sua correção, em sede de embargos inominados, com a atribuição de efeitos infringentes no caso concreto ensejou efeitos infringentes no caso concreto.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em acolher os Embargos Inominados, com efeitos infringentes, para alterar a conclusão do Acórdão nº 3201-002.137, para reconhecer, no tocante aos débitos que foram constituídos por meio de DCTF retificadoras apresentadas em 10/10/2005, incluindo aí a do 1º trimestre/2004, que o lançamento foi formalizado antes da apresentação da DCTF pela contribuinte, devendo, portanto, ser mantido.

(assinado digitalmente)

Charles Mayer de Castro Souza - Presidente.

(assinado digitalmente)

Leonardo Vinicius Toledo de Andrade - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Charles Mayer de Castro Souza (Presidente), Paulo Roberto Duarte Moreira, Tatiana Josefovicz Belisário,

Marcelo Giovani Vieira, Pedro Rinaldi de Oliveira Lima, Leonardo Correia Lima Macedo, Leonardo Vinicius Toledo de Andrade e Laercio Cruz Uliana Junior.

Relatório

Trata-se de Despacho de Encaminhamento no qual se solicita esclarecimento quanto a suposto erro material, recepcionado como Embargos Inominados opostos pela Agência da Receita Federal do Brasil em Duque de Caxias - RJ (Delegacia da Receita Federal do Brasil em Nova Iguaçu), em face do Acórdão nº 3201-002.137, da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara, proferido em sessão de 27/04/2016, cuja Ementa abaixo se transcreve:

"ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Período de apuração: 01/02/2000 a 31/03/2004

DECADÊNCIA. CONTRIBUIÇÕES.

A Súmula Vinculante nº 8 do STF declarou a inconstitucionalidade do artigo 45 da Lei nº 8.212/91, assim o prazo decadencial para constituição das contribuições é de cinco anos, contando-se da ocorrência do fato gerador, nos casos de lançamento por homologação em que houve o pagamento insuficiente do tributo, nos termos do § 4º do art. 150 do CTN, ou contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, nos termos do inciso I do artigo 173 do CTN, caso inexistente o recolhimento.

MULTA DE OFÍCIO. RETROATIVIDADE BENIGNA.

Deve ser aplicada a lei superveniente que estabelece penalidades, quando mais benéfica que a vigente à época da ocorrência do fato gerador, com base no disposto no art. 106, II, "c" do CTN.

LANÇAMENTO. DUPLICIDADE.

Deve ser cancelado o crédito tributário que já se encontre previamente constituído."

Alega a Unidade embargante a possibilidade de ter ocorrido erro material no julgamento, conforme a seguir:

"O Acórdão nº 3201-002.137 – 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária esclarece que "[...] a planilha de fls.1016 demonstra que tais débitos foram constituídos por meio de DCTF retificadoras apresentadas em 10/10/2005 e 31/03/2004" e que "verificado que o crédito tributário já se encontrava constituído por meio das DCTF retificadoras apresentadas em 31/03/2004, o presente auto de infração em relação a tais débitos foi constituído em duplicidade, o que enseja o cancelamento destes valores. No tocante aos débitos que foram meio de constituídos por DCTF retificadoras apresentadas em 10/10/2005, contudo, o presente

lançamento foi formalizado antes da apresentação da DCTF pela contribuinte, devendo, portanto, ser mantido". E conclui, afirmado que "Diante de todo o exposto, voto para negar provimento ao recurso de ofício e dar provimento parcial ao recurso voluntário, para cancelar a exigência em relação aos períodos de apuração de 02/2000 a 07/2000, pela decadência, cancelar os valores incluídos no PAES anteriormente a lavratura desta Auto de Infração, no seu montante confessado, e cancelar os valores informados nas DCTF retificadoras apresentadas em 31/03/2004, no seu montante declarado, restando mantidos os demais valores exigidos". Conforme a referida planilha de fls. 1016, os débitos que (supostamente) teriam sido retificadas pela DCTF (supostamente) entregue em 31/03/2004 são os de PA 01/04 a 03/04 (1º semestre/2004).

Todavia, pesquisa realizada nos sistemas da RFB demonstra que a DCTF-Retificadora do período em questão foi entregue em 10/10/2005; sendo 31/03/2004 a data de "Período Final" do trimestre, não a data de recepção da DCTF, conforme pode ser observado na Relação de Declarações de fls. 1060.

Assim sendo, proponho o retorno do presente processo ao CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais para pronunciamento quanto ao cancelamento ou manutenção dos débitos do 1º trimestre de 2004, considerando que não houve DCTF-Retificadora entregue em 31/03/2014, apenas em 10/10/2005".

Os embargos foram devidamente admitidos pelo Sr. Presidente da 1ª Turma Ordinária da 2ª Câmara da 3ª Seção do CARF, conforme a seguir:

*"Diante do exposto, com base nas razões acima expostas e com fundamento no art. 66, do Anexo II, do RICARF, aprovado pela Portaria MF no 343, de 2015, **DOU SEGUIMENTO** aos Embargos opostos.*

Encaminhe-se o presente processo à SECAM, para providenciar o sorteio dos presentes Embargos dentre os Conselheiros da 1ª Turma da 2ª Câmara, para inclusão em pauta de julgamento, tendo em conta que o Conselheiro Relator, Carlos Alberto Nascimento e Silva Pinto, não mais integra a Turma que prolatou o acórdão embargado."

É o relatório.

Voto

Conselheiro Leonardo Vinicius Toledo de Andrade, Relator

O despacho de admissibilidade de certo modo já resolveu a questão posta em debate.

Realmente, a decisão embargada adotou premissa equivocada para decidir no que tange à matéria embargada.

Do voto condutor destaco o seguinte excerto:

"Da diligência fiscal restou esclarecido que os débitos referentes ao período de apuração de 01/2003 a 03/2004 encontrariam-se inscritos em Dívida Ativa da União, com pedido de inclusão em Parcelamento Especial da Lei nº 11941/2009 ainda não deferido.

Em relação a estes débitos, contudo, a planilha de fls. 1016 demonstra que tais débitos foram constituídos por meio de DCTF retificadoras apresentadas em 10/10/2005 e 31/03/2004.

Seguindo o mesmo raciocínio, e tendo em vista que a ciência do lançamento pelo sujeito passivo ocorreu apenas em 08/08/2005, temos que alguns dos valores que estão sendo exigidos já se encontravam presentes nas DCTF retificadoras apresentadas em 31/03/2004.

Assim sendo, verificado que o crédito tributário já se encontrava constituído por meio das DCTF retificadoras apresentadas em 31/03/2004, o presente auto de infração em relação a tais débitos foi constituído em duplicidade, o que enseja o cancelamento destes valores."

Ocorre que, de acordo com o documento apresentado à fl 1060, a declaração retificadora referente ao 1º trimestre/2004 foi apresentada em 10/10/2005 e não em 31/03/2004, tendo, portanto, a decisão adotado premissa equivocada como razões de decidir.

Vejamos o teor do referido documento:

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
CNPJ: 29.321.684/0001-05

17072018970848167091052
DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS
TRIBUTÁRIOS FEDERAIS
INFORMAÇÃO PROTEGIDA POR SÍGILo FISCAL

Consulta Declaração							
CNPJ	Período	Data Recepção	Período Inicial	Período Final	Situação	Tipo/Status	Nº Declaração
29.321.684/0001-05	1º Trim/2004	13/05/2004	01/01/2004	31/03/2004	Normal	Original/Cancelada	100.0000.2004.1770049549
29.321.684/0001-05	1º Trim/2004	10/10/2005	01/01/2004	31/03/2004	Normal	Retificadora/Ativa	100.0000.2005.1720446824

Neste contexto, a reforma do julgado é medida que se impõe.

Ora, se a DCTF retificadora relativa ao 1º trimestre/2004 somente foi protocolizada em 10/10/2005, o débito em relação a tal trimestre não estava previamente constituído, conforme consignado na decisão embargada.

O CARF tem o entendimento de que os embargos inominados podem ter efeitos infringentes em casos como o presente, ante a premissa equivocada adotada e ocorrência de lapso manifesto.

Neste sentido, o seguinte precedente jurisprudencial:

"Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

Período de apuração: 01/10/2000 a 31/12/2000

*EMBARGOS INOMINADOS. LAPSOS MATERIAIS.
INTERPRETAÇÃO EQUIVOCADA DOS FATOS.
PROVIMENTO.*

Existência de equívocos na decisão caracterizada pela apreciação equivocada dos fatos e provas que constam dos autos impende o recebimento como embargos inominados. Dá-se provimento aos embargos inominados admitidos, a fim de que seja saneado os autos com a correção dos lapsos materiais e retificação do acórdão com efeitos infringentes nas partes que com ele inconciliáveis.

DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO. HOMOLOGAÇÃO TÁCITA.

Inocorrência da homologação tácita na hipótese da autoridade administrativa proferir despacho em data anterior ao término do prazo de cinco anos a contar da data do pedido/declaração." (Processo nº 10880.919737/2009-30; Acórdão nº 3201-003.565; Relator Conselheiro Paulo Roberto Duarte Moreira; sessão de 20/03/2018)

Diante do exposto, voto em acolher os Embargos Inominados, com efeitos infringentes, para alterar a conclusão do Acórdão nº 3201-002.137 para, no tocante aos débitos que foram constituídos por meio de DCTF retificadoras apresentadas em 10/10/2005, incluindo aí, a do 1º trimestre/2004, reconhecer, que o lançamento foi formalizado antes da apresentação da DCTF pela contribuinte, devendo, portanto, ser mantido.

(assinado digitalmente)

Leonardo Vinicius Toledo de Andrade - Relator